

É POSSÍVEL “CONCORRÊNCIA COMPETITIVA”? UMA COMPARAÇÃO DAS CONCORRÊNCIAS NEOCLÁSSICA, ESTRUTURAL E EVOLUCIONÁRIA

Bruno Cunha Marchetti¹

RESUMO: Apesar de seu pressuposto de “competição perfeita”, o *modus* competitivo observado na teoria neoclássica pressupõe agentes indistintos, que adotam as mesmas condutas e produzem um mesmo produto. Dessa maneira, “concorrência” na teoria econômica padrão implica uma situação “não-competitiva” onde agentes econômicos não tem pretensões de conquistar mercados, nem se sobrepor a seus concorrentes. Este artigo analisará a evolução da teoria da competição imperfeita, focando em duas linhagens: a teoria de Estrutura-Condução-Desempenho (E-C-D) e teorias evolucionárias de inspiração Schumpeteriana. Ambas serão comparadas à teoria neoclássica, tomando essa de base. Este artigo busca analisar como a competição deriva de assimetrias, isto é, quando existirem possibilidades de diferenciação de ofertantes. O texto argumenta que esta é uma condição necessária para uma “concorrência competitiva”. Em suma, argumenta-se que existe apenas uma forma de “competição competitiva” – competição imperfeita.

PALAVRAS-CHAVE: Concorrência Capitalista; Concorrência Imperfeita; Teoria Evolucionária; Assimetrias; Tecnologia.

Classificação JEL: B12, B15, D21

Introdução

Condições de competição econômica variam conforme o tempo e com o espaço, afinal, as estruturas sociais que fundamentam um contexto competitivo não são permanentes. É lógico desta maneira, que as interpretações e teorias que explicam as condições de competição também se alteram conforme o tempo passa. Neste texto, analisaremos a concorrência econômica e sua evolução teórica. Três momentos serão analisados: a teoria de concorrência perfeita da Economia Neoclássica, o paradigma Estrutura-Condução-Desempenho (E-C-D) e, por fim, a teoria evolucionária de inspiração Schumpeteriana, estes dois últimos classificados dentro das teorias de competição “imperfeita”.

¹ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara – SP – Brasil. Faculdade de Ciências e Letras. Mestrando em Economia. bruno.marchetti@unesp.br.

A concorrência neoclássica, que leva a rubrica de “perfeita”, parte de um “agente representativo” que descreve as ações de agentes em uma economia. Nesta teoria, agentes têm condutas similares ou mesmo idênticas, tornando efetivamente impossível que um destes agentes se destaque de maneira significativa dos demais. Este modelo de agente econômico não busca diferenciação – e nem poderia fazê-lo – já que se pressupõe capacidades produtivas idênticas entre todos os ofertantes. A linha lógica desta teoria culmina em uma formulação que descreve como agentes se portam no mercado quando condições são dadas, mas não uma teoria que descreve como agentes tentam conquistar maior parcela de mercados. Ou seja, trata-se unicamente de uma teoria de equilíbrio, sem descrever competição. Dessa maneira, este texto argumenta que a “concorrência perfeita” não é adequada como teoria de competição, pois reflete uma formulação intelectual de um período em que a grande empresa não poderia existir. Como expressa Heilbroner (2011, p. 93) “Afirmar que grandes empresas dominariam a cena dos negócios era uma previsão assustadora”².

A preocupação com a competição imperfeita nasce após o surgimento do “*big business*” – isto é, a grande empresa, que detém poder de mercado. Este movimento, iniciado durante a primeira metade do século XX e relatado na obra de John R. Commons (2018) implica empresas que têm capacidade de conquistar mercados (no sentido competitivo) por meio da concentração de capacidades produtivas, tecnologia, e centralmente à discussão aqui presente, a capacidade de inovação tecnológica. Assim, mesmo que Smith e Ricardo tenham descrito coerentemente as empresas de seu tempo como atomizadas e sem poder de mercado, importar tal ideia ao mundo pós-século XX configura um anacronismo que pode distorcer nosso entendimento sobre o funcionamento de empresas atuais.

O surgimento da grande empresa também implicou mudanças na configuração econômica que não poderiam ser captadas pela teoria tradicional de concorrência. Por exemplo, o ciclo de negócios (*business cycle*) ainda não tinha se estabelecido na vida econômica (Heilbroner, 2011). A função da moeda ainda era pouco compreendida, vista principalmente como expressão de valor para uma troca,

² Esta colocação se refere especificamente à publicação do *Capital* de Karl Marx em 1867. Marx critica a visão comum de seu tempo, que empresas não poderiam crescer significativamente, limitação que ocorreria devido a pressões concorrenciais.

sem ainda assumir as funções associadas aos trabalhos de Keynes (1964). A “economia do dinheiro e do crédito” (Mayhew, 1987, p. 973) ainda não havia se estabelecido no mundo. Central a este texto, o papel da tecnologia na economia não havia sido incorporado propriamente ao estudo da economia – tampouco os efeitos do avanço tecnológico – esforço que terá um notável representante em Joseph Schumpeter (1961), que balizará diversas teorias de concorrência assimétrica.

Em seguida, o artigo analisa o paradigma de “Estrutura-conduta-desempenho” (E-C-D, também chamados de “estruturalistas”³). Esta teoria traz para a ciência econômica um *framework* de concorrência imperfeita, condição fundamental para admitir agentes competitivos. Nesta teoria, a estrutura da empresa define suas possibilidades de ação, com grandes empresas agindo de maneira a proteger a parcela de mercado conquistada, mas não dá ferramentas teóricas para compreender como estas empresas conseguiram conquistar tal poder de mercado. Assim, trata-se de uma teoria de estruturas produtivas “dadas”, onde se disputam parcelas de mercado, porém onde existe pouca latitude para que qualquer empresa aja. Assim, mesmo sendo um passo importante, este paradigma ainda descreve uma dinâmica de equilíbrios e não explica como diferentes empresas podem mudar suas estruturas produtivas internas.

Por fim, este artigo analisará a teoria evolucionária. Nesta perspectiva, observa-se uma formulação teórica que admite tanto estruturas produtivas distintas quanto grandes possibilidades de ações para empresas individuais, em qualquer nível de influência do mercado. Esta teoria admite que a estrutura interna é definida pela tecnologia disponível para a produção e, conseqüentemente, que a alteração da estrutura de produção interna depende do desenvolvimento tecnológico. Enquanto as duas outras teorias apresentadas trabalham com níveis tecnológicos estáveis definidos *ex ante* a teoria evolucionária usa de paradigmas tecnológicos mutáveis, que alteram as condições de competição em mercados. Assim, trata-se de uma teoria que não apenas admite diferentes níveis de potencialidade de produção, mas também diferentes condutas. Trata-se, portanto, de uma teoria que admite competição e que provê uma teoria de como esta ocorre.

³ O termo “Estruturalismo” também se relaciona à abordagem econômica de autores como Celso Furtado (Domingues; Fonseca, 2021), todavia, trata-se de uma abordagem distinta da E-C-D. Para evitar confusão, este artigo usa o termo E-C-D para se referir ao paradigma abordado neste texto.

Assim, argumenta-se que a incorporação do desenvolvimento tecnológico permite formular uma teoria que não apenas admite que condutas diferentes sejam adotadas – mas também dá sentido a estas diversas condutas. Como trajetórias tecnológicas não são conhecidas, existe uma abundante quantidade de condutas diferentes faz com que diversos agentes explorem diversas possibilidades. Estas possibilidades, por sua vez, são selecionadas pelo mercado e emuladas por competidores que também buscam se manter competitivos. Essa, portanto, é uma teoria de competição que admite agentes competitivos.

Concorrência na Teoria Clássica e Neoclássica

A teoria clássica de concorrência perfeita foi desenvolvida durante a revolução industrial inglesa, para descrever o funcionamento da economia de seu tempo. Proposta de maneira incipiente por Adam Smith, esta teoria propõe que mercados são compostos por produtores e compradores que definirão um nível de preços a partir da interação do desejo de comprar e a vontade de vender. Estas forças oscilam em torno de seu nível “natural” e a observação de flutuação a cada momento é o que define os preços em um momento ou outro. Esse conceito será formalizado pelos economistas marginalistas na ideia de “concorrência perfeita”. Nesta vertente que fundamentará a concorrência, o influxo de entrada e saída de ofertantes definirá o nível de preço, que diminui na mesma proporção que mais empresas entrarem em um mercado, enquanto a saída eleva o nível de preços. Isso faz com que a economia “flutue” entre níveis de preços elevados com muitos produtores que saturam um mercado e níveis baixos que expulsam produtores deste mercado.

A situação de concorrência perfeita é a condição extrema da flutuação descrita acima, onde mercados são habitados por incontáveis empresas atomizadas que se ocupam a entrar e sair de mercados, mantendo o nível de preços estável. Como essas empresas não se diferenciam por seu processo produtivo, sua capacidade de suprir a demanda de mercado é limitada a uma porção idêntica a seus concorrentes. Esta equidade garante a participação de todos os produtores em parcelas iguais, não admitindo diferentes níveis de poder de mercado e nem a

capacidade de alterar preços sozinhos. Isto posto, esta teoria de concorrência tradicional descreve uma economia competitiva? Este texto argumenta que não.

O termo “competição” no uso informal pode ser definido como “disputa ou concorrência entre duas ou mais pessoas que buscam a vitória [...]” e, especificamente no caso da economia, “disputa para conquistar mercados”⁴. “Concorrência”, por sua vez, pode ser definido como “circunstância em que há várias ofertas competindo umas com as outras”⁵. Neste texto, será feita uma divisão semântica, a fim de tornar mais clara a argumentação. “Competição” se referirá ao aspecto de “conquista de mercado” ou “busca da vitória”, enquanto “concorrência” dirá respeito a situação em que existem vários ofertantes em um mercado. Como consequência, este texto usará o termo “concorrência” para se referir a situações em que não necessariamente existe competição. Trata-se assim, de uma estilização do termo para fins argumentativos.

A razão para tal distinção – que se relaciona a um dos argumentos centrais deste texto – grande quantidade de ofertantes não necessariamente implica busca pela conquista de mercados. A teoria de concorrência neoclássica, dessa maneira, é uma teoria concorrencial que não envolve competição, ao menos nos sentidos adotados acima. A consequência de “concorrência perfeita” é o funcionamento determinista dos mercados. Condicionados a tomar apenas uma decisão – que todos os produtores têm de conformar, ou ser expulso do mercado – produtores têm apenas uma decisão óbvia: usar os mesmos meios de produção dos demais concorrentes para ter seu preço fixado ao nível competitivo (igual ao custo marginal) também praticado por outros produtores. Dessa maneira, a teoria de concorrência de formulação neoclássica é uma teoria que engessa as decisões do produtor. Ou seja, esta teoria não admite comportamento competitivo no sentido de buscar “vitória”. É nesta automação que a ideia de equilíbrio geral, central na ciência econômica normal, se sustenta.

A Concorrência no Paradigma “Estrutura-Condução-Desempenho”.

⁴COMPETIÇÃO. *In*: DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: dicio.com.br/competicao/. Acesso em: 10 dez. 2024.

⁵CONCORRÊNCIA. *In*: DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: dicio.com.br/concorrenca/. Acesso em: 10 dez. 2024.

Tomando a isonomia de produtores da teoria neoclássica como base, é razoável inferir que alterar as condições produtivas altera as condições de produção. De fato, é exatamente isso que o paradigma “Estrutura-Condução-Desempenho”, também denominado E-C-D faz. Trata-se de uma teoria de moldes ortodoxos, isto é, que se baseia no neoclassicismo, adotando este tipo de concorrência como base. Diferente desta, todavia, existem condições assimétricas de produção que fazem com que uma empresa tenha maior ou menor poder de mercado.

Estas assimetrias se sustentam na existência de diferentes níveis tecnológicos. Paolo Sylos Labini (1967), por exemplo, identifica três níveis tecnológicos distintos, agrupando-os entre tecnologias usadas por empresas grandes, médias e pequenas. Empresas grandes conseguem conquistar e manter mercados devido a seu acesso a tecnologias mais produtivas. Empresas médias e pequenas, por sua vez, têm capacidades produtivas reduzidas, fragilizando-as diante de flutuações no mercado. Dessa maneira, quando existem reduções de preço, são as empresas pequenas e, posteriormente, as médias são ameaçadas de serem expulsas do mercado – não as grandes. Outros autores do paradigma E-C-D como Hall e Hitch (1939) e Bain (1956) também usam desta metodologia de base neoclássica com elementos distintos.

Como consequência da continuidade teórica com neoclassicismo, estes autores preservam conceitos como o equilíbrio de longo prazo e a existência de níveis “naturais” de preços. Estes níveis naturais seriam alcançados com a homogeneização das empresas, tal como ocorre na teoria tradicional de concorrência. Ou seja, a teoria neoclássica prescreve as condições “perfeitas” de concorrência. Dessa forma, os diferentes níveis tecnológicos geram “imperfeições” ou “assimetrias” – vantagens tidas por algumas firmas, mas não todas. Neste paradigma, a existência de tais “imperfeições” impede a equalização de condições de produção, que garantiria que a produção acontecesse sempre a níveis ideais. Dessa maneira, este paradigma ainda leva a frente a ideia de que mercados funcionarão melhor se conformarem com os parâmetros normativos tradicionais, mas qualifica esta situação como um caso específico de organização de mercados.

O paradigma E-C-D diverge da teoria neoclássica ao admitir o Princípio do Custo Total (Possas, 1987), se afastando da relação de equalização entre custo marginal e preços. Enquanto a visão tradicional propõe que custo marginal e preços

serão iguais, o paradigma E-C-D admite que as diferenças de capacidade produtiva se expressam nos preços praticados por firmas de maior nível tecnológico, que por sua vez, revertem-se em “lucro econômico”⁶, situação que não poderia ocorrer em concorrência perfeita tradicional. Mercados, nessa formulação, podem apresentar características oligopolistas, o que implica que o comportamento de empresas líderes tem papel em definir as estruturas de mercado – isto é, as condições de entrada e saída de concorrentes.

Todavia, o paradigma E-C-D não formula uma teoria de como as empresas alcançam dominância de mercado. Bain (1956) dá pistas neste sentido, ao argumentar que o acúmulo de capacidades produtivas decorre da existência de “barreiras à entrada”, que dificulta a entrada de competidores que seriam necessários para estabilizar o preço no nível concorrencial. Assim, setores que exigem mais capacidades produtivas prévias de seus produtores, como o caso da indústria de mineração ou da indústria aeronáutica, manteria ofertantes fora do mercado, mesmo frente a aumentos de preço. Políticas empresariais como a redução deliberada de preços podem elevar as barreiras à entrada ainda mais, a fim, por exemplo, de desencorajar novos entrantes.

Mesmo assim, a questão original de como uma empresa sobrepuja a outra não é respondida. Dado um número de empresas em um mercado barrado à entrada que ainda não tem líderes estabelecidos, como se pode definir qual dessas empresas se tornarão líderes? Esta pergunta não é respondida.

Uma limitação central pode ser identificada na teoria concorrencial do E-C-D. Agentes não “buscam vitória”, pois os vencedores já estão definidos – são as grandes empresas, que dominam o mercado. Este apontamento revela a natureza estática das estruturas competitivas no paradigma E-C-D. Como níveis tecnológicos não são flexíveis, a possibilidade de empresas grandes falirem ou de empresas pequenas ascenderem não é levada em conta.

O paradigma E-C-D, dessa maneira, permite analisar um capitalismo estável – que não se altera ao longo do tempo. Neste paradigma, o sistema capitalista não é – e não pode ser – um motivador de inovação. Assim como no neoclassicismo, a

⁶ “Lucro econômico” difere-se de “lucro contábil”, onde o segundo se refere ao conceito tradicional de lucro (renda – custo = lucro) e o primeiro se refere ao “lucro residual”, renda que sobra após todos os fatores de produção terem sido pagos (como salários de trabalho, aluguéis, custos de produção etc.).

concorrência serve única e exclusivamente como o mecanismo pelos quais os equilíbrios são gerados. Diferentemente do neoclassicismo, o paradigma E-C-D diz que mercados podem existir de maneira a distorcer esta formação de equilíbrios. O avanço tecnológico, dessa maneira, é visto como um elemento divorciado do sistema econômico – é definido de maneira exógena.

A Função da Tecnologia na Teoria Evolucionária.

A diferença fundamental entre o neoclassicismo, o paradigma E-C-D e teorias evolucionárias é o papel que cada teoria atribui a assimetrias entre produtores. Estas são geradas devido a diferentes níveis de aplicação de tecnologia. Enquanto o neoclassicismo e a E-C-D caracterizam condições assimétricas de produção como “concorrência imperfeita”, economistas evolucionários como Schumpeter (1961) veem nesta característica o motor inovativo do sistema econômico. A dizer, condições produtivas são alteradas devido a avanços tecnológicos, que alteram as condições de concorrência e fazem, possivelmente, com que os produtores se alterem. O esforço de inovação, assim, tem papel fundamental dentro do processo produtivo capitalista, pois é a tecnologia que define as estruturas de mercado vigentes e, portanto, as condições de concorrência.

Inovadores que conseguem inserção em mercados gozam de períodos de “lucro extraordinário”, todavia, em rodadas seguintes, outros concorrentes que apresentam maior capacidade competitiva podem expulsá-los do mercado. Em termos de incentivos microeconômicos, os agentes se veem em uma situação em que avanços tecnológicos são amplamente recompensados, mas não os conquistar significa possivelmente a expulsão nos mercados. Assim, a busca pelo lucro extraordinário ganha uma característica dual, em que tal lucro é obtido por meio do avanço tecnológico e está constantemente ameaçado por ele. Dessa maneira, o mercado ganha característica de um “amante cruel”, que recompensa copiosamente, mas pune com rigor.

Os incentivos para inovações tecnológicas futuras não cessam após a inovação ser alcançada, mas sim mudam. Se antes a inovação era movida pela busca de vantagens “extraordinárias”, o uso de técnicas inovativas implica a possibilidade de a tecnologia ser emulada por concorrentes, assim minando as

vantagens obtidas em um primeiro momento pela firma inovadora. Isso ocorre mesmo levando em conta a existência de instituições dentro do mercado que garantam a restrição da apropriabilidade da inovação, como a lei de patentes (Bell; Pavitt, 1993). Empresas buscam “emular” líderes de mercado (Nelson; Winter, 1985), tanto em suas capacidades tecnológicas quanto em suas rotinas. Dessa maneira, a condição de “líder” tida por uma empresa é necessariamente temporária.

Dessa maneira, as condições de competitividade são lastreadas na capacidade de agentes inovarem e de se manterem inovadores. Não é suficiente criar o artefato⁷ – a tecnologia inovadora – mas também é necessário garantir que ele seja “bem desenvolvido e melhorado” (Dosi, 1988). Esse desenvolvimento, junto a uma “série de heurísticas” cria um paradigma tecnológico, definido por Dosi (1988, p. 1127, tradução própria) como um *framework* que “define contextualmente as necessidades que se propõe a satisfazer, os princípios científicos utilizados na tarefa e a tecnologia material a ser usada”.

O paradigma tecnológico serve tanto para direcionar o progresso científico quanto para definir quais estratégias serão usadas pelos inovadores e quais estratégias serão usadas por aqueles que emulam as tecnologias inovadoras. A necessidade do uso de “heurísticas” (mecanismos de simplificação da escolha) decorre principalmente da “má estruturação” dos problemas que buscam ser resolvidos, pois “a informação disponível não fornece por si só uma solução ao problema” (Dosi, 1988, p. 1226, tradução própria), sendo necessário também algum grau de criatividade na atividade de P&D. Em outras palavras, não basta apenas ter o conhecimento, é preciso também desenvolver estratégias de aplicação desse conhecimento.

A característica oligopolista dos mercados, já observada no E-C-D, ganha outra explicação no paradigma Schumpeteriano em dois pontos. Primeiro, empresas se diferenciam não apenas por seu nível tecnológico, mas também devido a sua capacidade inovativa. Segundo, devido a esta dinâmica, condições de oligopólio são estruturais, mesmo que empresas específicas deixem de participar deste posto de oligopólio. Como parcelas de mercado não podem ser mantidas indefinidamente,

⁷ O termo “artefato” aqui é usado tal como em Dosi (1988).

empresas líderes buscam manter estas porções com a intensificação das vantagens tecnológicas que já possuem.

Com base nesta formulação, este texto argumenta que a teoria evolucionária é uma teoria competitiva e não apenas concorrencial, diferentemente do neoclassicismo e do E-C-D. O caráter evolutivo e fundamentalmente incerto da realidade econômica condiciona incentivos para que empresas explorem eventuais vantagens que possam ter. Esta exploração não é um caso específico – nem uma anomalia – mas sim a maneira pela qual o sistema econômico acontece. Explorar assimetrias, dessa maneira, não é um desvio do funcionamento “ideal” dos mercados, mas sim um processo competitivo em que empresas, ao tentarem conquistar mercados, geram avanços tecnológicos.

A competição é central a teoria evolucionária, pois esta é uma formulação onde a busca por “conquistar mercados” é central. Firms não estão satisfeitas em produzir conforme as condições das demais, mas buscam se sobressair sobre seus concorrentes a fim de conquistar mercados. Nesta teoria, estruturas de mercado não garantem por si só a entrada e saída de empresas que estabilizam o preço a níveis “naturais”. Assim, a teoria evolucionária não se preocupa meramente com as características concorrenciais de um mercado – da maneira que ofertantes entram e saem de um mercado – mas também com as condutas destes ofertantes e como isso se relaciona com as estruturas concorrenciais.

Assim, vemos que a incorporação da “competição” na teoria evolucionária ocorre em uma esfera central – na geração de assimetrias. Este é o cerne do processo produtivo e procurar vantagens tecnológicas novas e emular aquelas que deram certo configuram o *modus operandi* do agente econômico.

Conclusão

Se a quebra paradigmática entre neoclassicismo e o paradigma E-C-D está na alteração nas condições de concorrência, incorporando assimetrias na teoria da produção, a quebra entre estes e a teoria evolucionária está em derivar qual o papel social destas assimetrias. O definidor de tal dinâmica de geração de assimetrias é a tecnologia e o método pelo qual essa dinâmica se altera é o desenvolvimento tecnológico. Na teoria evolucionária, os agentes são tão auto interessados quanto

nas demais teorias abordadas neste texto, todavia, a capacidade de ganho de poder de mercado faz com que esses agentes consigam agir sob seu autointeresse de maneira que equilíbrios virtuosos conseguintes não necessariamente ocorram. O processo econômico também não é o caminho pelo qual vencedores são “fixados” em posição permanente de liderança no mercado, mas sim em como estruturas de mercado sustentam seus atuais “vencedores” e como estes deixaram de ser “vencedores”. Argumentamos que este processo observado na teoria evolucionária configura uma situação de “competição” onde agentes buscam deliberadamente vantagens produtivas, em oposição a situação “concorrencial”, onde produtores meramente buscam existir no mercado.

Enquanto o paradigma E-C-D coloca a geração de lucros econômicos (acima do nível concorrencial) como um dos principais motivadores da produção, a teoria evolucionária vai além, propondo que na realidade a busca pelo “lucro extraordinário” é o motivador do processo produtivo. Consideravelmente diferente da condição de lucro econômico nulo visto no neoclassicismo, o lucro extraordinário é uma condição passageira, que não serve para garantir a estabilidade de preços ou de margens de lucro ao longo do tempo. Dessa maneira, o agente econômico na teoria evolucionária ganha a característica de um naufrago, que precisa continuar nadando contra as estruturas de mercado e o avanço técnico ou se afogará.

Esta instabilidade deriva da natureza da tecnologia, sempre em transformação, que por sua vez garante uma dinâmica persistente de alterações das estruturas de mercado. Estas estruturas em perpétua mudança fazem com que exista o incentivo para empresas buscarem se adaptar aos novos mercados, inserindo-se em tal dinâmica geralmente pela criação e implementação de inovações – ou seja, se inserindo no paradigma tecnológico. Este é um processo de grande atrito, pois a inovação por si só não garante que a empresa conseguirá se integrar de forma significativa aos mercados que busca conquistar.

Os “vencedores” momentâneos deste processo de sobrevivência garantem a característica oligopolista dos mercados. Como tecnologias não estão disponíveis amplamente a empresas – fato que pode ser agravado por políticas de sufocamento de concorrentes por parte de empresas com poder de mercado – a aquisição e apropriação de tecnologias implica custos que muitas vezes novo entrantes não têm condição de arcar. Isso é especialmente grave na problemática de desenvolvimento

tecnológico, afinal empresas inovadoras, especialmente tecnologias com alto dinamismo, exigem grande quantidade de recursos para manter uma rotina de P&D intensiva, expulsando possíveis entrantes que não têm recursos para alocar nestas atividades.

O processo produtivo capitalista, assim, não é um sistema que garante a alocação eficiente de recursos, como sugeriria o neoclassicismo, mas sim um processo constante de avanço e transformação, cujo cerne pode ser localizado no progresso tecnológico. A instabilidade do sistema, assim, não é uma sentença para o sistema econômico, mas sim uma das condições que garantem a natureza “orgânica” do processo técnico, permitindo-o que o sistema se adapte a novas condições e mantenha-o se reinventando. Este processo é sustentado por processos competitivos, onde agentes buscam vencer em mercados – não apenas existir concorrencialmente aumentado o número de ofertantes.

Finalmente, este texto argumenta que este é um retrato do processo capitalista mais apropriado à realidade atual. Como defendido no início deste texto, a teoria concorrencial tradicional surge devido à observação da realidade de sua época, todavia, esta condição não mais se verifica após o estabelecimento da grande empresa. Uma crítica similar pode ser direcionada a Schumpeter, já que suas teorias foram desenvolvidas no início do século XX e muito do observado nelas não mais se verifica hoje em dia, como exemplificado no caso do estabelecimento de mercados internacionais. Contudo, o cerne da questão tecnológica não se alterou radicalmente, o papel inovativo continua a ter a mesma função – conquistar vantagens extraordinárias – mesmo que as estruturas competitivas atuais sejam distintas daquelas observadas por Schumpeter.

IS “COMPETITIVE COMPETITION” POSSIBLE?: A COMPARISON BETWEEN NEOCLASSICAL, STRUCTURAL AND EVOLUTIONARY COMPETITIONS

ABSTRACT: *Despite its assumptions of “perfect competition”, the competitive modus observed in neoclassical theory assumes indistinct agents, that take the same actions and produce the same product. Thus, “competition” in standard economic theory (or “concurrency, as it is labeled in this text) implies a situation of “non-competition” where economic agents have no aspirations of conquering markets, nor to overthrow other competitors. This paper will analyze the evolution of the theory of imperfect competition, focusing in two lineages: the Structure-Conduct-Performance theory (S-*

C-P) and evolutionary theories of Schumpeterian inspiration. Both will be compared to the neoclassical theory, taking it as a basis. This text seeks to analyze how competition derives from asymmetries, that is, when there is possibility to differentiate suppliers. This text argues that this is a necessary condition for a “competitive competition”. In summary, it is argued that there is only one type of “competitive competition” – imperfect competition.

KEYWORDS: *Capitalist Competition; Imperfect Competition; Evolutionary Theory; Assymetry; Technology.*

JEL Classification: *B12, B15, D21*

REFERÊNCIAS

BAIN, J. S. **Barriers to new competition:** their character and consequences in manufacturing industries. Cambridge: Harvard University Press, 1956.

BELL, M.; PAVITT, K. Technological accumulation and industrial growth: contrasts between developed and developing countries. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, v. 2, n. 2, p. 157-210, 1993.

COMMONS, J. R. **Institutional Economics:** Its Place in Political Economy. London: Routledge, 2018. v.1.

DOMINGUES, F. S.; FONSECA, P. C. D. O método estruturalista: a economia reconhece seus limites. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 31, p. 613-636, 2021.

DOSI, G. Sources, procedures, and microeconomic effects of innovation. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 26, n. 3, p. 1120-1171, 1988.

KEYNES, J. M. The general theory of employment, interest and money. *In:* KEYNES, J. M. **The Collected Writings of John Maynard Keynes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1964. v. 7. p. 1971-9.

HALL, R. L.; HITCH, C. J. Price theory and business behaviour. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v. 2, p. 12-45, 1939.

HEILBRONER, R. L. **The worldly philosophers:** The lives, times and ideas of the great economic thinkers. New York: Simon and Schuster, 2011.

MAYHEW, A. The beginnings of institutionalism. **Journal of Economic Issues**, New York, v. 21, n. 3, p. 971-998, 1987.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

POSSAS, M. L. **Estruturas de mercado em oligopólio**. São Paulo: Hucitec, 1987.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1961.

SYLOS LABINI, P. **Oligopolio e progresso tecnico**. Torino: Einaudi, 1967.